



COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

NOTA TÉCNICA Nº 32/2023/CGIC/CGPIC/DPB

PROCESSO Nº 23038.000203/2023-79

INTERESSADO: DIRETORIA DE PROGRAMAS E BOLSAS NO PAÍS, COORDENAÇÃO-GERAL DO PORTAL DE PERIÓDICOS E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA, COORDENAÇÃO DE SUPERVISÃO TÉCNICA DAS CONTRATAÇÕES DE CONTEÚDO CIENTÍFICO, COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

À Coordenação Geral do Portal de Periódicos e Informação Científica

Assunto: Avaliação da base de dados da *Project Muse*

1 OBJETO DE CONTRATAÇÃO

A presente Nota Técnica trata dos conteúdos da base de dados da *Project Muse* e sua assinatura para disponibilização à comunidade científica brasileira por meio do Portal de Periódicos da CAPES.

O grande número de publicações em todo o mundo e sobre tantos assuntos torna difícil e complexa, para pesquisadores, a tarefa de identificar e obter acesso a conteúdos relevantes para o desenvolvimento de pesquisas científicas. Realizar tal tarefa envolve conhecimento sobre as publicações, mediante instrumentos que permitam a obtenção de dados consistentes sobre a produção científica e sobre a localização de documentos relevantes.

De acordo com Cunha (2016), o conhecimento e o uso regular e efetivo de fontes de informação científica e tecnológica permitem o sucesso na pesquisa, desenvolvimento e inovação, como também em quaisquer atividades ligadas à ciência e tecnologia. Além de ajudar a evitar a duplicação de trabalhos previamente realizados, gerando economia de tempo e de recursos materiais, humanos e financeiros, o uso dessas fontes de informação serve de inspiração para novas ideias e para a criação de novos conhecimentos.

Ainda, segundo Cunha (2016), as principais características comuns das fontes de informação científica e tecnológica são:

1. formatos: aparecem em diferentes formatos, incluindo periódicos, relatórios técnicos, manuais e patentes. Alguns, como as patentes, são mais comuns nas áreas tecnológicas. Como as novas tecnologias de informação continuam a se desenvolver, a literatura de informação científica tecnológica também será arquivada e disseminada nos novos formatos;
2. universalidade: cientistas e engenheiros, dispersos pelas várias regiões do globo, utilizam em seus trabalhos as mesmas fórmulas, tabelas e medidas. Essa característica faz com que a metodologia e os resultados de determinada pesquisa sejam compreendidos por especialistas de todos os países;
3. acumulação dos conhecimentos: diferentemente de outras disciplinas, a ciência e a tecnologia são construídas com informações coletadas ao longo do tempo; assim, o cientista e o engenheiro não precisam reinventar uma informação básica que já se encontra disponível nas diversas fontes de informação.

Tais características estão presentes no objeto de análise, os quais serão explicitados na caracterização da base de dados *Project Muse*. Outra informação importante para entendimento do objeto consiste em

saber a qual categoria de documento ou fonte de informação ele pertence. De acordo com Grogan (1970 *apud* CUNHA, 2016), os documentos ou fontes de informação podem ser divididos em três categorias:

1. Primárias: contêm, principalmente, novas informações ou novas interpretações de ideias e/ou fatos acontecidos; alguns podem ter o aspecto de registros de observações (como, por exemplo, os relatórios de expedições científicas) ou podem ser descritivos (como a literatura comercial);
2. Secundárias: contêm informações sobre documentos primários e são arranjados segundo um plano definitivo; são, na verdade, os organizadores dos documentos primários e guiam o leitor para eles;
3. Terciárias: têm como função principal ajudar o leitor na pesquisa de fontes primárias e secundárias, sendo que, na maioria, não trazem nenhum conhecimento ou assunto como um todo, isto é, são sinalizadores de localização ou indicadores sobre os documentos primários ou secundários, além de informação factual.

De acordo com as categorias apresentadas, a base de dados *Project Muse* configura-se como fonte de informação secundária, uma vez que trazem informações sobre fontes primárias, no caso, periódicos acadêmicos e científicos, revistas, jornais e *e-books*. Além disso, também disponibiliza o acesso ao texto completo dessas fontes primárias.

Entende-se por base de dados uma coleção de dados eletronicamente armazenada ou unidades de registros (fatos, dados bibliográficos, textos), com uma interface comum e *software* para recuperação e manipulação de dados (NISO *apud* COUNTER in CARVALHO, 2011, p. 5). Esta coleção de dados pode estar disponível publicamente, ou aos assinantes da base, mantidos num computador hospedeiro ou servidor acessível por meio de rede de telecomunicações (ROWLEY, 2002). Trata-se de um serviço de organização da informação eletrônica que pode estar relacionada com determinado assunto, vários assuntos ou ser multidisciplinar com uma interface de usuário comum e *software* para permitir a recuperação da informação.

Boa parte das bases de dados são proprietárias, disponíveis mediante assinatura com acordos de licenciamento junto aos fornecedores ou editores, ou diretamente dos serviços de indexação e resumos que as criou (ODLIS *apud* CARVALHO, 2011, p. 5).

Existem diferentes tipos de bases de dados, conforme apresentado a seguir.

1.1 Bases de dados de referências

Remetem a ou encaminham o usuário a outra fonte, como um documento, uma pessoa jurídica ou pessoa física, para que se obtenha, fora da base, informações adicionais ou o texto completo de um documento. Alguns tipos de bases de dados de referências são:

- Base de dados bibliográficos: incluem citações ou referências bibliográficas e, às vezes, resumos de trabalhos publicados. Informam ao usuário sobre o que foi publicado e onde se publicou (por exemplo, em determinado periódico, ou anais de um congresso) e, na hipótese de a base conter resumos, apresentam uma síntese do conteúdo do documento original (ROWLEY, 2002). Os registros da base geralmente contêm a descrição de um documento específico ou item bibliográfico, usualmente recuperável por autor, título, assunto, ou descritor, e palavras-chave.
- Bases de dados catalográficos: mostram o acervo de determinada biblioteca ou rede de bibliotecas (ROWLEY, 2002).
- Bases de dados referenciais: base de dados que referencia informações ou dados como nomes e endereços de instituições, e outros dados típicos de cadastros (ROWLEY, 2002).

1.2 Bases de dados de fontes

As bases de dados de fontes contêm os documentos eletrônicos juntamente com dados originais. Após ter feito uma consulta bem-sucedida numa base de dados de fontes, o usuário terá em mãos as informações de que precisa, sem ter de buscá-las em outra fonte (como faria no caso das bases de dados de referências). As bases de dados de fontes podem ser agrupadas, segundo seu conteúdo, em:

- Base de dados de texto integral (full-text database): além da descrição do documento, contém o texto completo de livros, capítulos de livros, dissertações, artigos de periódicos, revistas, jornais ou outros tipos de documentos textuais. Consideramos também como bases de textos integral aquelas que apresentam verbetes de dicionários e enciclopédias.
- Base de dados multimídia: apresenta informações armazenadas numa mescla de diferentes tipos de meios, como som, vídeo, fotografias, textos e animação (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).
- Base de dados numéricos: contém informação numérica, como dados estatísticos, comerciais, demográficos (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).
- Base de dados textuais e numéricos: contém uma mistura de dados textuais e numéricos (como, por exemplo, relatórios anuais de empresas) e dados de manuais.
- Base de patentes: relaciona patentes de uma determinada área.

1.3 Definição do objeto de contratação

O objeto de contratação é a base de dados *Project Muse*, que se trata de uma Base de dados de texto integral. Esta Nota Técnica analisa detalhadamente a *Project Muse*, trazendo informações sobre as fontes de informação que estão contidas nela, como periódicos científicos e livros. Essas informações serão abordadas na seção 3 que trata sobre a Descrição da Solução como um todo.

2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Em referência às demandas de conteúdo pela base de dados da *Project Muse* (SEI 1922764, SEI 1922769, SEI 1922772) e do Documento de Oficialização da Demanda (DOD SEI 1930345) constata-se a necessidade de as instituições participantes do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP) terem acesso aos conteúdos oferecidos pelo editor, visando desenvolver atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), bem como formação de recursos humanos altamente capacitados.

2.1 Justificativa para a contratação

O objetivo principal do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020 é o crescimento igualitário da pós-graduação visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país (BRASIL, 2010). Face às assimetrias identificadas no Sistema de Pós-Graduação torna-se necessária a promoção de programas visando não apenas a redução das diferenças, mas também o estabelecimento de estratégias para equacionar estes problemas e, assim, corrigi-los. Neste sentido, torna-se necessária a oferta de recursos informacionais que proporcionem não apenas mais estudos e pesquisas, mas assegurem a qualidade desses.

Ainda segundo o PNPG 2011-2020:

o conhecimento científico-tecnológico, bem como a inovação por ele engendrada, são patrimônios sociais que permitem gerar desenvolvimento sustentável, ampliando a produtividade e a competitividade do país, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, através da aceleração da criação e qualificação de empregos, e democratizando oportunidades (BRASIL, 2010, p. 180).

Ou seja, a assinatura ou aquisição de recursos informacionais científicos de qualidade contribuem para o avanço do ensino e da pesquisa brasileira, assim como garante maior capacidade de inovação e inserção internacional, elevando a competitividade do país em relação aos principais centros de desenvolvimento científico e tecnológico.

É importante ressaltar que as universidades possuem três pilares que sustentam suas atividades, sendo eles o ensino, a pesquisa e a extensão. Conforme o artigo 207 da Constituição Federal de 1988 “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988). A disponibilidade de periódicos científicos de qualidade impacta na capacitação de pesquisadores e compreende insumo para o desenvolvimento de pesquisa, um dos pilares das universidades.

O texto constitucional ainda traz outros artigos que dão apoio à necessidade de contratação de conteúdos que causem impacto positivo na pesquisa brasileira. O parágrafo segundo do artigo 213 informa que “As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades

e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público” (BRASIL, 1988). E ainda em seu artigo 218 é informado o apoio que o Estado dará ao desenvolvimento científico, conforme texto abaixo:

Art. 218. O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

§ 1º A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

§ 2º A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional.

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho (BRASIL, 1988).

Tendo em vista o exposto, oferecer acesso a periódicos científicos nacionais e internacionais é uma das importantes formas de promover e incentivar o desenvolvimento científico do país em conformidade ao que preceitua a Constituição Federal Brasileira.

2.2 Alinhamento estratégico e institucional para a contratação

A disponibilidade de acesso ao conteúdo da base de dados da *Project Muse* para a comunidade científica e acadêmica brasileira está alinhada ao Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), que visa o desenvolvimento da pesquisa nacional em diversas áreas do conhecimento. O PNPG, por sua vez, é parte integrante do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê em seu item 14.7 “manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência” (BRASIL, 2014).

Previsto no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentárias Anual (LOA) como parte integrante da Ação 2317 – Acesso à Informação Científica e Tecnológica da CAPES/MEC, o Portal de Periódicos CAPES tem como missão promover o fortalecimento dos programas de pós-graduação no Brasil por meio da democratização do acesso *online* à informação científica internacional de alto nível. Neste sentido, a assinatura de bases de dados contribui com o propósito do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP) cujo resultado é a biblioteca virtual da CAPES e, consequentemente, o apoio à capacitação de membros dos programas de pós-graduação brasileiros.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Segundo informações obtidas no *website* da editora, a base de dados *Project Muse* foi lançada em 1995 a partir de uma colaboração entre a editora Johns Hopkins University e a biblioteca Milton S. Eisenhower na própria Johns Hopkins University. É considerada pela instituição um serviço sem fins lucrativos com objetivo de disseminar conhecimento de qualidade por meio de um modelo sustentável para atender às necessidades de bibliotecas e editoras mundialmente. Desde os anos 2000, a base começou a expandir o acervo com recursos financeiros de terceiros e através de parcerias com outras editoras incluindo periódicos científicos publicados por outras universidades. Na década seguinte, constituiu parceria com a University Press e-Book Consortium para expandir as coleções de *e-books*. Já em 2021, a partir de uma doação da Fundação Andrew W. Mellon a editora iniciou pesquisas e estudos para adotar o modelo de publicação de periódicos científicos em acesso aberto *Subscribe to Open* (PROJECT MUSE, 2023a).

A *Project Muse* é reconhecida na comunidade acadêmica como a principal base de dados em humanidades digitais e ciências sociais de texto completo contendo cerca de 800 periódicos de 125 editoras e aproximadamente 80 mil livros de 140 editoras. A editora disponibiliza acesso aberto a mais de 4 mil livros. Segundo a editora, oferece ainda várias modalidades de aquisição e assinatura do conteúdo oferecido (PROJECT MUSE, 2023a).

3.1 Metodologia de Avaliação das bases de dados

A bases de dados *Project Muse* foi submetida a análise considerando os critérios de avaliação definidos pelo Grupo de Trabalho do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP). A utilização de critérios permite um enfoque objetivo da atividade de seleção, já que diante do crescimento da produção

científica e dos recursos insuficientes para a aquisição de conteúdos é preciso adotar parâmetros que norteiem a opção por determinados conteúdos em detrimento de outros.

Em reunião do dia 08 de novembro de 2017, o Grupo de Trabalho (GT) definiu critérios para avaliação de bases de dados. Os critérios foram registrados na Ata da reunião, disponível no SEI 0558245. Na ocasião, o Grupo de Trabalho corroborou com os processos de avaliação já aplicados pela equipe do Portal de Periódicos, que podem levar em consideração os princípios de seleção de fontes de informação presentes na literatura da área de Biblioteconomia, entre outros fatores.

Adicionalmente aos processos de avaliação já praticados no Portal de Periódicos, o grupo sugeriu a observação de aspectos relacionados a preservação digital do conteúdo, presença de texto completo, assinatura da base por universidades de referência internacional, facilidade de navegação, compatibilidade com serviço de descoberta, presença de conteúdo de acesso aberto, presença de tesouros, possibilidade de exportação de dados, presença de embargo, qualidade dos títulos que compõem a base, período de cobertura, representação dos comitês de avaliação da base, entre outros. Os critérios estão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 – Avaliação das bases de dados *Project Muse*.

Itens de avaliação	Avaliação
Em relação ao conteúdo	
Tipo de Base	Fontes - texto integral
Tipologia documental	Periódicos científicos e <i>e-books</i> .
Autoridade	É reconhecida na comunidade acadêmica como a principal base de dados em humanidades digitais e ciências sociais de texto completo (PROJECT MUSE, 2023a).
Precisão	O conteúdo disponível na base de dados é apresentado de forma autêntica, recuperado a partir da busca simples e avançada acessível pela plataforma de busca <i>Project Muse</i> . Esses conteúdos são de propriedade de cerca de 200 editoras universitárias e sociedades acadêmicas portanto conclui-se que a base apresenta conteúdos precisos (PROJECT MUSE, 2023c).
Imparcialidade	Considera-se que o conteúdo apresentado na base de dados é imparcial pois provém de editoras universitárias e sociedades acadêmicas (PROJECT MUSE, 2023c).
Atualidade	O acervo de periódicos é atualizado anualmente, ou seja, a cada ano novos títulos são incorporados nas coleções. E diariamente, são incluídos novos volumes, números e edições de periódicos já existentes na base (PROJECT MUSE, 2023b). Na coleção de <i>e-books</i> , a inclusão de novos títulos depende da publicação e envio por parte das editoras parceiras.
Cobertura e Tratamento	A <i>Project Muse</i> é reconhecida na comunidade acadêmica como a principal base de dados em humanidades digitais e ciências sociais de texto completo contendo cerca de 800 periódicos de 125 editoras e 80 mil livros de 140 editoras. A editora possibilita acesso aberto a aproximadamente 4 mil livros (PROJECT MUSE, 2023a).
Em relação ao usuário	
Conveniência	O conteúdo disponível na base de dados provém de editoras universitárias e sociedades acadêmicas tais como periódicos científicos que são submetidos a um fluxo editorial composto por membros especialistas (PROJECT MUSE, 2023b).
Idioma	A plataforma de busca <i>Project Muse</i> está disponível somente em língua inglesa, e não apresenta outras opções de idioma para interface de pesquisa. Porém, a base apresenta conteúdos em diversos idiomas, inclusive em Português.
Relevância	Considera-se que o conteúdo apresentado na base de dados é relevante pois provém de editoras universitárias e sociedades acadêmicas (PROJECT MUSE, 2023c).
Estilo	O estilo é adequado aos usuários do Portal de Periódicos CAPES, visto que se trata de público de Ensino Superior, e a base de dados trata e indexa conteúdo acadêmico destinado ao público que realiza pesquisas (acadêmico, corporativo e governamental).
Aspectos adicionais	
Contribuição potencial	A assinatura da base da <i>Project Muse</i> tem a contribuir com o desenvolvimento do acervo do Portal de Periódicos, em especial no que se refere às áreas de Ciências Sociais Aplicadas,

	Ciências Humanas bem como Linguística, Letras e Artes. Os discentes, docentes e pesquisadores vinculados aos programas de pós-graduação destas áreas e outras correlatas têm necessidades de serviços de informação especializados para que possam desenvolver suas pesquisas.
Aspectos especiais	Na plataforma de busca da base de dados <i>Project Muse</i> é possível criar uma conta para gerenciar as pesquisas realizadas. No ambiente do usuário, a plataforma oferece: • edição do <i>e-mail</i> e senha; • configurações de acessibilidade; • configurações das notas de rodapé e referências; • configurações sobre a organização e visualização padrão dos resultados de pesquisa; • histórico de argumentos de pesquisa; • acesso aos itens adquiridos; • configurações de mensagens sobre novos conteúdos. Os resultados da pesquisa podem ser organizados, selecionados e filtrados. Na página de leitura do artigo, é possível: • salvar o item pesquisado no ambiente do usuário em "<i>MyMuse Library</i>" (caso o usuário esteja logado); • visualizar e compartilhar os resultados de busca em diversas redes sociais; • visualizar conteúdos relacionados a pesquisa realizada; • enviar por <i>e-mail</i> o resultado da pesquisa; • visualizar o texto completo no navegador; • visualizar a referência do conteúdo; • realizar o <i>download</i> do arquivo completo no formato PDF; • visualizar e selecionar outros conteúdos publicados da mesma edição.

Critérios complementares levantados pelo Grupo de Trabalho do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (GT do PAAP)

Preservação Digital	A base de dados <i>Project Muse</i> participa de dois programas de arquivamento e preservação, o programa LOCKSS e o Portico (PROJECT MUSE, 2023d).
Disponibilidade dos dados para bases de textos completos	A base de dados avaliada apresenta conteúdo de texto completo.
Relação da empresa detentora da base com as sociedades especialistas	A base de dados <i>Project Muse</i> realiza parcerias com editoras universitárias e sociedades especialistas a fim de que os valores da assinatura possam ser acessíveis e personalizáveis às bibliotecas e instituições (PROJECT MUSE, 2023c).
Data de criação	O <i>Project Muse</i> surgiu em 1995.
Acordos com governo e ou universidades	A editora não disponibilizou informações a respeito, portanto não foi avaliado.
Número de representantes	Os conteúdos do <i>Project Muse</i> são de propriedade de cerca de 200 editoras universitárias e sociedades acadêmicas (PROJECT MUSE, 2023c).
Distribuição geográfica	Internacional.
Tipo de material embarcado	Periódicos científicos e <i>e-books</i> .
Período de cobertura	Para os periódicos a data de cobertura é de 1906. E para livros a data de cobertura é de 1916.
Coleções retrospectivas	A base apresenta conteúdo anteriore a 1995, comumente considerada como retrospectiva.
Compatibilidade com a descoberta	Sim. É possível acessar a base de dados <i>Project Muse</i> através do Portal de Periódicos CAPES, o qual utiliza o sistema de descoberta da ExLibris.

Apresenta gerenciadores de referências?	Não. Ao acessar o conteúdo a plataforma disponibiliza a referência completa nos formatos MLA, APA, Chicago e EndNote. Existe a possibilidade de salvar o conteúdo no ambiente do usuário em "MyMuse Library" e exportar, copiar ou enviar as referências selecionadas nos formatos já citados ou ainda em RefWorks.
Há exportação de dados?	Não é possível exportar dados. Somente compartilhar as referências do resultado de pesquisa.
Presença de embargo?	Não.
Tutoriais em Português	A base de dados não disponibiliza guias, manuais e tutorias em Português, somente no idioma Inglês.
Presença de tesouros	Não possui.
CrITÉrios de qualidade dos títulos que compõem a base	Todos os periódicos que participam do <i>Project Muse</i> são títulos acadêmicos revisados por pares. Os critérios básicos para a participação no <i>Project Muse</i> são que a revista deve ser revisada por pares, ser publicada por uma imprensa sem fins lucrativos ou sociedade acadêmica e ser compatível com títulos nas áreas de humanidades, ciências sociais e artes. A <i>Project Muse</i> possui uma política formal de desenvolvimento de coleções para a seleção de novos títulos. Pesquisas de bibliotecas assinantes sobre áreas temáticas para as quais eles desejam mais conteúdo de periódicos <i>online</i> também são levadas em consideração, assim como sugestões de títulos específicos de participantes e usuários. Os livros incluídos nas coleções do <i>Project Muse</i> são publicados por editoras universitárias conhecidas e editoras acadêmicas. Cada editora participante seleciona os livros que envia para inclusão nas coleções. Esses livros são revisados por pares antes da publicação pelos principais estudiosos da área e sujeitos a um processo de edição pelos editores impressos. A participação na iniciativa do livro é limitada a editoras sem fins lucrativos com rigorosos procedimentos de revisão por pares (PROJECT MUSE, 2023e).
Frequência de atualização	O acervo de periódicos é atualizado anualmente, ou seja, a cada ano novos títulos são incorporados nas coleções. E diariamente, são incluídos novos livros (após processo e avaliação editorial) e volumes, números e edições de periódicos já existentes na base (PROJECT MUSE, 2023b).
Apresenta duplicidade	Não.
Reavaliação da base	Sim.
Forma de tratamento de periódicos de acesso aberto	A base de dados <i>Project Muse</i> oferece serviço de hospedagem para conteúdo (livros, periódicos e outros) <i>open access</i> de várias editoras universitárias, sociedades acadêmicas e editoras acadêmicas independentes (PROJECT MUSE, 2023f).
Controle de citação	A base de dados não apresenta a quantidade de citações que o conteúdo recebeu.
Atualização automática de índices de impacto	A editora não apresenta índices de impacto das publicações ou documentos que indexa.
Controle de parceria com os países não membros da ONU	A editora não disponibilizou informações a respeito, portanto não foi possível avaliar.
Há representação mundial dos comitês de avaliação?	A editora não disponibilizou informações a respeito, portanto não foi possível avaliar.

Fonte: Elaboração da autora, 2023.

A partir do exposto no quadro acima, constata-se que a Base de dados de texto integral *Project Muse* atende a diversos critérios de qualidade estabelecidos pelo Grupo de Trabalho do PAAP. Há 38 aspectos de análise, sendo que os dois primeiros se referem a uma descrição das bases, e não podem ser considerados como positivos ou negativos. Dos 36 critérios restantes, não foi possível avaliar 3 aspectos da base de dados, nesse caso por falta de informações indisponíveis.

Restam então 33 aspectos, dos quais 27 foram avaliados de forma favorável. Os 6 itens de avaliação que tiveram um parecer desfavorável se referem a: ausência de tesouro para controle dos termos de pesquisa; falta de tutoriais no idioma Português; também não existe possibilidade de exportar dados; ausência de controle de citações dos documentos indexados nas bases de dados; e uma vez que não

realiza o controle de citações dos documentos indexados, não é possível realizar a atualização automática de índices de impacto.

Apesar desses pontos desfavoráveis, a base de dados atende aos outros critérios. Assim, considera-se que estes aspectos não representam impedimento para contratação, e que a base de dados atende às necessidades de informações dos usuários do Portal de Periódicos. Dessa forma, **recomenda-se a manutenção ou assinatura da base de dados *Project Muse*.**

Uma vez que o conteúdo é de propriedade da editora Johns Hopkins University, reforça-se a necessidade de o representante da base atender aos requisitos de contratação, listados na seção 4 sobre a Descrição dos Requisitos de Contratação, especialmente no que se refere à cláusula de Acesso Após o Cancelamento do Contrato (PCA).

3.2 Classificação de áreas do conhecimento

A classificação dos conteúdos selecionados é necessária, pois permite a análise do perfil das instituições com a finalidade de estabelecer o público alvo e potencial que utilizará o conteúdo contratado. A metodologia de classificação dos conteúdos se baseou na análise dos assuntos cobertos pela base de dados avaliada, *Project Muse*, bem como informações disponíveis no *website* da editora.

Com a finalidade de padronizar e facilitar a criação de vínculos entre os Programas de Pós-Graduação Brasileiros e os conteúdos selecionados, a Tabela de Áreas da CAPES foi adotada como instrumento de classificação dos conteúdos avaliados. Ela é o instrumento utilizado na classificação dos Programas de Pós-Graduação e possui três níveis, sendo o primeiro nível a Grande Área, seguido pela Área de Avaliação e, por fim, a Área Básica.

Assim, verificou-se que as bases de dados da *Project Muse* atende as seguintes áreas de conhecimento:

- Ciências Humanas
 - Ciência Política e Relações Internacionais
 - Ciência Política
 - Ciências da Religião e Teologia
 - Teologia
 - Educação
 - Educação
 - Filosofia
 - Filosofia
- Ciências Sociais Aplicadas
 - Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo
 - Turismo
 - Administração
 - Comunicação e Informação
 - Museologia
 - Comunicação
 - Ciência da Informação
 - Direito
 - Direito
 - Economia
 - Economia

- Artes/Música
 - Artes
 - Letras/Linguística
 - Letras
 - Linguística

4 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

Com o intuito de otimizar a prestação dos serviços de informação e a gestão do conteúdo, especificamos a seguir os requisitos que devem ser observados pelo editor ou fornecedor na elaboração da Proposta Comercial e ao longo da vigência da assinatura. Sobre a forma de envio de dados, disponibilizaremos modelos de planilhas e orientações para preenchimento dos dados.

As planilhas auxiliam na compreensão dos dados e informações que podem ser de difícil visualização no texto da Proposta Comercial. No entanto, o envio somente das planilhas não exime o editor de apresentar o texto da Proposta com a descrição dos aspectos técnicos dos conteúdos oferecidos.

4.1 Requisitos de informações sobre o conteúdo e forma de assinatura

A provedora das bases deve apresentar a forma como disponibiliza seu conteúdo, ou seja, explicitar se os seus conteúdos são oferecidos para assinatura como itens de base de dados, e que podem ser alterados sem prévio aviso, caracterizando o serviço como agregador de outras editoras. Ou ainda, se os itens presentes na plataforma são assinados como títulos individuais de periódicos, coleções correntes de periódicos, ou ainda, coleções retrospectivas de periódicos. A forma como a provedora disponibiliza seu conteúdo tem impacto na assinatura do serviço de informação, assim como na gestão do conteúdo assinado, pois deve-se considerar os direitos de acesso, as possibilidades de mudanças dos conteúdos oferecidos e demais aspectos da prestação do serviço. Para tanto, considera-se o conceito de:

- Assinatura (*subscription*): Compreende acordo ou contrato relativo ao acesso a um recurso, serviço, periódico, conjuntos de periódicos ou bases de dados durante período determinado, mediante pagamento de uma importância fixada antes do início da entrega. Pode ser anual, ou por período superior. Assinatura corrente se refere à assinatura de periódico com publicações regulares e que está em vigência em determinado período. Ao se contratar o serviço de acesso a um periódico por meio de assinatura, o editor deve informar quais volumes, ou anos de publicação, estão contemplados no direito de acesso. Segundo a Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (JOHNSON *et al.*, 2012), ao contrário das publicações impressas, os recursos eletrônicos não são adquiridos a título definitivo e geralmente requerem um contrato de licença de utilização (*license agreement*). O tipo de licença deve ser informado pelo editor para garantir que ela atenda as expectativas do assinante. A assinatura pode ser referente a um periódico, coleção de periódicos, base de dados, soluções de tecnologia da informação, entre outros.

Para esta Nota Técnica destaca-se a base de dados, como tipo de serviço disponível para assinatura, tal como descrito na definição do objeto de contratação:

- Base de dados: compreende uma coleção de dados eletronicamente armazenada ou unidades de registros (fatos, dados bibliográficos, textos), com uma interface comum e *software* para recuperação e manipulação de dados (NISO *apud* COUNTER *in* CARVALHO, 2011, p. 5). Esta coleção de dados encontra-se disponível às instituições e usuários assinantes ou mantidos num computador hospedeiro ou servidor acessível por meio de rede de telecomunicações (ROWLEY, 2002). Trata-se de um serviço de organização da informação eletrônica que pode estar relacionada com determinado assunto, vários assuntos ou ser multidisciplinar com uma interface de usuário comum e *software* para permitir a recuperação da informação.

Boa parte das bases de dados são proprietárias, disponíveis mediante assinatura com acordos de licenciamento junto aos fornecedores ou editores, ou diretamente dos serviços de indexação e resumos

que as criou (ODLIS *apud* CARVALHO, 2011, p.5).

Os provedores de serviços de base de dados, portais de informação ou bases de conhecimento são considerados Agregadores (*Full text host*), ou seja, aglutinador de conteúdos. Desta forma, oferecem serviço bibliográfico que provê acesso *online* ao texto digital completo de periódicos publicados por diferentes editoras (REITZ, c2014).

Nestes casos, a assinatura não se refere a cada título de periódico, mas ao serviço de informação que compreende busca e descoberta de documentos em diversas fontes selecionadas e agregadas pelo editor. Portanto, os títulos agregados pelo editor podem mudar, mesmo durante vigência da assinatura.

As bases de dados, por sua vez, podem oferecer acesso a referências de documentos, ou ainda textos integrais dos documentos, tais como:

- Periódico (*Journal*): publicação contínua sob mesmo título, publicado em intervalos regulares, com numeração contínua. É uma publicação seriada, que é um conjunto continuado e crescente de artigos originais de um título (*COUNTER apud* CARVALHO, 2011, p. 6), dentro do foco e escopo determinado pelo seu corpo editorial. Um título de periódico é identificado pelo seu número único, o ISSN. Os periódicos científicos, ou acadêmicos, disseminam pesquisas originais, comentários ou revisões bibliográficas e geralmente são revisados por pares.
- Monografia: publicação não periódica e que apresenta mais de 49 páginas. Contém a descrição exhaustiva de uma matéria, abordando aspectos científicos, históricos, técnicos, econômicos ou artísticos (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). Podem ser livros, teses, dissertações.
- Outros tipos de recursos multimídia e numéricos como vídeos, imagens, dados estatísticos, etc.

Para prosseguimento do processo de avaliação da assinatura, a provedora da base deve prover informações sobre os conteúdos indexados na base de dados em listas KBART[1], como anexo da Proposta Comercial. Além disso, visto que o conteúdo das bases de dados pode ser alterado sem prévio aviso, solicitamos que a cada seis meses, contados a partir do início da vigência do contrato, a editora envie à Coordenação-Geral do Portal de Periódicos e Informação Científica, uma lista dos conteúdos indexados de forma atualizada para que possamos averiguar a manutenção da qualidade do conteúdo disponibilizado aos usuários.

Algumas das informações solicitadas sobre os documentos indexados na base são as seguintes:

- Título do documento;
- Códigos identificadores, tal como ISSN, eISSN ou ISBN;
- Período de publicação indexado na base de dados.
- Período de publicação com texto completo, quando aplicável;
- Para monografias, data da publicação;
- Informações de embargo, quando aplicável;
- Notas com demais informações que o editor considerar relevante;
- Nome do editor;
- Tipo de publicação;
- Tipo de acesso: gratuito ou pago. Neste campo indicam-se os conteúdos que podem estar acessíveis sem custos ao assinante da base, e que não necessariamente são documentos de acesso aberto.
- Política de acesso do documento. Se compreende um periódico de acesso aberto, acesso fechado, híbrido ou acesso tardio. Inclui, ainda, monografia de acesso aberto ou acesso fechado.

Em relação ao último item, que trata de informações sobre acesso aberto, solicitamos a observação do item seguinte “Requisitos de informações sobre políticas de acesso aberto”, onde se apresenta o que o

Portal de Periódicos da CAPES considera como publicação de acesso aberto.

Além da planilha KBART, o editor deverá preencher as demais planilhas com informações sobre:

- Forma de assinatura do conteúdo: periódico, item de coleção de periódico, item de base de dados, ou *backfile*;
- Presença de direito ao acesso perpétuo;
- Serviço utilizado para acesso perpétuo;
- Período contemplado com acesso perpétuo;
- Titular dos direitos de *copyright*;
- Informações sobre preservação digital e política de acesso descritas no item anterior deste documento e nos modelos de planilhas.

Caso a assinatura seja realizada, as informações sobre os conteúdos assinados devem ser enviadas, novamente, em listas *KBART*, em formato CSV, organizado por tabulação (TSV) ou em documento Excel no início da execução do contrato. A cada seis meses durante a vigência do contrato, listas atualizadas devem ser enviadas à Coordenação-Geral do Portal de Periódicos e Informação Científica da CAPES.

Ressalta-se que na planilha devem ser registrados somente aqueles títulos aos quais a CAPES e as instituições participantes terão acesso.

Caso a assinatura seja efetuada, o contrato entre a CAPES e a Contratada deve indicar o nome completo, sem abreviações, da base de dados assinada, juntamente com a URL de acesso. Quando aplicável, módulos da base de dados aos quais é realizada a assinatura também devem ser indicados no contrato.

Uma vez contratado o conteúdo, o editor deve informar imediatamente ao Portal de Periódicos os casos em que:

- Periódicos ou outras publicações assinadas forem transferidos para outras editoras;
- Periódicos assinados se tornarem periódicos de acesso aberto durante a vigência do contrato;
- No caso de mudanças de plataformas ou URL, o editor ou representante deve informar a equipe do Portal de Periódicos antes ou imediatamente após as alterações.

As informações requisitadas nesta seção são essenciais para a otimização da gestão dos conteúdos assinados pela CAPES, e consequente disponibilização dos conteúdos aos usuários.

4.2 Requisitos de acesso

Para a assinatura do conteúdo devem ser observados alguns itens com relação à prestação do serviço referente à concessão do acesso. Neste sentido é desejável que o mesmo seja concedido por meio do cadastramento do IP (*Internet Protocol* ou Protocolo de internet) dos computadores das instituições às quais o conteúdo será disponibilizado, sem limite de acesso simultâneo, e, que o cadastramento das faixas ocorra no prazo de até 48 horas após a assinatura do contrato. Caso se trate de um primeiro cadastramento, no qual é necessário verificar as informações relativas às instituições que acessarão o conteúdo, avaliar os critérios de acesso e averiguar as faixas de IP e domínios, considera-se razoável o prazo de até 5 dias corridos.

O serviço prestado pela provedora de serviço de informação, ou editora, tem natureza contínua ao longo de todo o período de vigência do contrato. É essencial que o acesso seja ininterrupto para garantir que os discentes e docentes de programas de pós-graduação possam consultar os conteúdos 24 horas por dia, 7 dias por semana. O período de vigência do serviço pode ser superior a 12 meses. Exige-se também que ao longo da vigência do contrato a empresa preste serviços de suporte técnico, treinamentos de uso de suas ferramentas aos usuários, além da infraestrutura de acesso e preservação do conteúdo.

O conteúdo oferecido pela editora, provedora ou representante deve ser acessível e passível de descoberta por meio dos sistemas de busca utilizados no Portal Periódicos CAPES. Caso haja problemas

de integração com os sistemas do Portal, a editora deve ter equipe de suporte disponível para solucionar as questões que porventura surgirem.

4.3 Requisitos de relatórios de uso

A assinatura da(s) base(s) também deve prever a disponibilidade de relatórios de uso de forma a permitir: a identificação do quantitativo de acessos mensais à(s) base(s) por instituição, ou seja, quais bases de dados são acessadas, por quais instituições e quantos acessos ocorrem a cada mês. Quando aplicável, as estatísticas de uso podem ser informadas por módulos da base de dados. Se a base de dados for de texto integral, podem ser informadas estatísticas de acesso por periódico ou monografia da base. As instituições deverão ser identificadas nos relatórios de uso do conteúdo utilizando as siglas e os nomes de acordo com as denominações ou códigos indicados pela CAPES.

Devem estar disponíveis para acompanhamento, relatórios estatísticos de uso do conteúdo contratado, preferencialmente no Padrão COUNTER[2] *Release 4* ou superior (*Counting Online Usage of Networked Electronic Resources*), com adoção do protocolo SUSHI[3] (*Standardized Usage Statistics Harvesting Initiative*) para coleta automática de dados de uso. Caso não seja possível, a editora ou representante deve oferecer relatórios de uso por meio de coleta automática ou por arquivos nos formatos xls, xlsx, csv, tsv, html, xml ou json, exclusivamente.

4.4 Requisitos de preservação digital

Devem ser previstos meios para assegurar a preservação digital do conteúdo contratado e a manutenção do acesso a esse conteúdo no caso de interrupção devido a fatores adversos como:

- I. Encerramento das operações da editora ou provedora de serviço;
- II. Falhas eletrônicas que possam ocorrer com a editora, com perda do acesso ao conteúdo contratado, devido a desastres nos locais onde a respectiva está alocada (e consequentemente, seus arquivos digitais);
- III. Encerramento das operações de uma base de dados (o serviço deixa de ser oferecido);
- IV. Cancelamento de uma assinatura por parte da CAPES e cujos números contratados até o momento da assinatura devem ficar disponíveis, desde que previsto em contrato (cláusula PCA – *Post Cancellation Access*).

Post Cancellation Access (PCA), ou acesso perpétuo, se refere ao “direito de acessar permanentemente materiais licenciados e pagos durante o período de contrato da licença, conforme definido pela Iniciativa de Gestão de Recursos Eletrônicos da Federação de Bibliotecas Digitais, DLF (GRISSOM; KNOWLTON; SCOTT, 2017). Também entendido como “garantia da posse ao conteúdo assinado após o cancelamento de uma assinatura” (GARCIA; SILVA; GUIMARÃES, 2017). Pode ser referido como acesso pós-término (*Post-termination access*).

Neste sentido, é importante que a preservação digital feita pela editora obedeça a uma série de regras e um conjunto de políticas de gestão e atividades necessárias para assegurar a usabilidade duradoura, autenticidade, acessibilidade e descoberta dos conteúdos em longo prazo. Assim, para que a preservação digital ocorra ela precisa atender aos requisitos abaixo:

- a) Usabilidade: facilidade com que um recurso informacional pode ser utilizado pelo usuário. Ele pode ser medido pelo tempo de aprendizado e o esforço exigido para alcançar determinado nível de desempenho de uso (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). Possui forte relação com o uso, tornando os sistemas intuitivos. Quanto maior for a usabilidade de um sistema mais ele se tornará intuitivo para os seus usuários.
- b) Autenticidade: qualidade ou condição de autêntico. Num contexto informacional, propriedade de uma informação cuja origem e integridade são garantidas (CUNHA, CAVALCANTI, 2008). Logo, a proveniência do conteúdo deve ser confirmada e o conteúdo deve ter uma réplica autêntica do original. Esta comprovação de autoria do documento pode ser feita por meio de mecanismos de verificação como o *layout*, tipologia de fontes, vocabulários controlados da época e assinatura digital (IBICT, 2015).

- c) **Acessibilidade:** possibilidade de o usuário obter, rápida e corretamente, a informação que procura (CUNHA; CAVALCANTI, 2008). Um sistema acessível busca eliminar barreiras de acesso ao conteúdo disponível para o uso de uma comunidade apropriada;
- d) **Descoberta:** do inglês *discoverability*, está relacionado à recuperação do conteúdo armazenado no sistema. Logo, o sistema deve prover os conteúdos de metadados bibliográficos lógicos para que sejam localizados por usuários finais ao longo do tempo.

Diante dos requisitos apresentados, é necessário que a editora informe como se dá a preservação digital dos seus serviços, apresentando, conforme orientação da IFLA (JOHNSON *et al.*, 2012), uma política de arquivamento claramente adequada aos conteúdos licenciados, podendo-se indicar a utilização de serviços de preservação.

A IFLA (2012) ainda orienta que o “fornecedor deve conceder acesso ao conteúdo licenciado do recurso para o período mutuamente acordado. A aquisição ou [...] assinatura [...] de dados eletrônicos devem incluir disposições sobre o acesso permanente a esses dados. Após o encerramento do contrato de licença, o acesso eletrônico perpétuo das instituições para o conteúdo anteriormente subscrito deve ser garantido”.

Assim é necessário que a editora informe as cláusulas de acesso perpétuo ou *Post Cancellation Access* (PCA), se houver, bem como o período de acesso que está contemplado. Nestas cláusulas também devem ser informadas as possíveis taxas para o acesso perpétuo, se existe permissão à assinante para armazenar e preservar os conteúdos assinados, assim como os formatos nos quais os arquivos preservados são fornecidos.

4.5 Requisitos de informações sobre políticas de acesso aberto

Em 2017 a CAPES assinou a expressão de interesse da *Open Access 2020* (MAX PLANCK DIGITAL LIBRARY, 2019), uma aliança global comprometida com a transição gradual dos atuais modelos de negócios em publicações científicas para um modelo de acesso aberto. A iniciativa *OA2020* tem como base a Declaração de Berlim sobre o Acesso Aberto ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades.

A Declaração de Berlim corrobora a Declaração de Budapeste e a Declaração de Bethesda e expande o conceito de acesso aberto, considerando que uma obra em acesso aberto deve permitir a qualquer usuário ler, fazer *download*, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, coletá-los para indexação, introduzi-los como dados em *software*, ou usá-los para outro qualquer fim legal, assim como criar e distribuir trabalhos derivados, em qualquer formato digital e para qualquer propósito, fazendo a devida atribuição de autoria, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à Internet (MAX-PLANCK-GESELLSCHAFT, 2019; BUDAPEST..., 2012; BROWN *et al.*, 2003).

Em consonância ao que preceitua a Declaração de Berlim, diversos editores e plataformas têm adotado a licença *CC BY*^[6] como licença padrão, visto que ela traduz os requisitos e estratégias reafirmados ao longo dos últimos anos no âmbito dos movimentos de abertura do conhecimento científico^[7].

No entanto, as atuais práticas editoriais podem apresentar outros entendimentos de acesso aberto, divergindo das declarações aqui apresentadas. O diretório internacional de periódicos de acesso aberto, *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), considera e registra como títulos de acesso aberto obras que estejam em consonância com uma das sete diferentes licenças do *Creative Commons*, ainda que algumas não permitam a derivação ou uso comercial. Portanto, ao solicitar informações sobre a produção de acesso aberto das editoras, podemos considerar obras com as seguintes licenças abertas:

- CCO;
- CC BY;
- CC BY-SA;
- CC BY-NC;
- CC BY-NC-SA;
- CC BY-ND;

- CC BY-NC-ND;
- Domínio público;
- Outras licenças diferentes das licenças *Creative Commons* que permitam leitura, distribuição, impressão, cópia, *download*, reuso, busca e referência por hipertexto.

Ressaltamos que **não consideramos como acesso aberto**:

- Obras que estejam disponíveis gratuitamente apenas em plataforma do próprio editor, não sendo possível fazer o *download* ou incluí-las em outras plataformas de acesso aberto;
- Obras que ficam disponíveis gratuitamente por determinado período de tempo, e posteriormente voltam a ser comercializadas por venda ou assinatura;
- Obras disponíveis gratuitamente apenas a certos grupos de usuários, ou a uma determinada faixa de IPs;
- Obras disponíveis gratuitamente, mas que para acessá-las é necessário fazer *login* ou fornecer informações de usuário.

O acesso aberto de artigos de periódicos ocorre por meio das seguintes estratégias:

- Publicação de artigos em periódicos de acesso aberto. Nestes casos, todos os artigos das revistas são abertos, portanto, não é realizada assinatura ou compra de artigos para que os leitores possam acessar o conteúdo;
- Publicação de artigos abertos em periódicos híbridos. Os títulos híbridos são essencialmente periódicos fechados, ou seja, é preciso ser assinante ou comprar artigos avulsos para poder ter acesso ao seu conteúdo. No entanto, alguns artigos desses periódicos podem ser publicados em acesso aberto, caso seja optado pelo autor;
- Acesso aberto tardio, ou acesso aberto com embargo. Periódicos fechados podem tornar volumes antigos em acesso aberto, conforme período de embargo pré-estabelecido;
- Depósito de artigos já publicados em repositórios digitais, após período de embargo determinado pelo editor.

Tendo em vista as definições apresentadas sobre acesso aberto e periódicos híbridos, assim como a possível presença de conteúdo aberto na base de dados oferecida, faz-se necessário que o provedor da base apresente, na Proposta Comercial, informações sobre o conteúdo de acesso aberto que possa estar presente na base. Caso a base de dados tenha alguma política em relação aos conteúdos abertos, solicitamos que seja descrito nessa Proposta Comercial. Nas planilhas que serão anexadas à Proposta Comercial, para cada periódico, a provedora deve informar a forma de publicação em relação ao acesso aberto: periódico total acesso aberto; periódico com acesso aberto tardio; periódico híbrido; periódico totalmente fechado. Para monografias também deve-se indicar se consistem em publicações de acesso aberto ou acesso fechado.

Tais informações são importantes, para que se possa avaliar a presença de conteúdos de acesso aberto nas bases de dados.

5 PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

O Portal de Periódicos da CAPES é uma biblioteca virtual que oferece mecanismos de busca e visualização de periódicos, livros e bases de dados assinados pela CAPES. Desta forma, funciona como uma ferramenta de descoberta e divulgação de conteúdos para pesquisadores, docentes e discentes de Instituições de Ensino Superior e Pesquisa participantes do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP). Por meio do Portal, a CAPES oferece uma infraestrutura de tecnologia da informação para acesso aos conteúdos assinados.

Além do acesso aos conteúdos, o Portal permite que os usuários realizem treinamentos *online*, que visam a divulgação do conteúdo assinado e a capacitação no uso dos mecanismos de pesquisa do Portal e das

editoras que apresentam recursos de informação assinados pelo Portal.

A CAPES mantém equipes especializadas para atendimento às dúvidas dos usuários do Portal de Periódicos suporte a problemas técnicos; manutenção da infraestrutura tecnológica; registro de conteúdos na plataforma; atualização de orientações e informações na página do Portal; elaboração de notícias de divulgação sobre os conteúdos assinados, entre outras atividades importantes para o desenvolvimento de pesquisa acadêmico-científica. Além das atividades orientadas aos usuários, a equipe do Portal na CAPES também realiza coleta de dados e análise de acesso aos conteúdos, avaliação de sugestões; orientações aos bibliotecários das Instituições de Ensino Superior participantes do Programa; estudos sobre assuntos que possam impactar nos serviços prestados como novas ferramentas de pesquisa ou novas políticas nacionais e mundiais relacionadas ao acesso à informação científica e atividades administrativas relacionadas à gestão dos contratos existentes; risco de contratação e novas assinaturas.

6 JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A presente solução compreende serviço de acesso e busca por publicações científicas. Considera-se que não é tecnicamente ou economicamente viável dividir a solução, tampouco há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade, pois há perda de escala ao dividi-la. Por estes motivos, considera-se que a solução não deve ser parcelada. Ressalta-se que em certos casos, é possível a aquisição de apenas alguns módulos de uma base de dados, que se configuram como soluções individuais.

7 RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a assinatura da base de dados da *Project Muse* e o consequente acesso pela comunidade acadêmica brasileira participante do PAAP para a descoberta de conteúdos relevantes indexados nas bases de dados, espera-se atender às demandas da comunidade acadêmica e de pesquisa assim como propiciar o aumento da produção científica nacional e o crescimento da inserção científica brasileira no exterior, colaborando com as atribuições da CAPES no que concerne à, ações de fomento e regulação dos cursos de Pós-Graduação e desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil.

A aquisição centralizada e otimizada de conteúdo digital, por meio da negociação direta com editores internacionais, permite maior eficiência no acesso à informação, poupando esforços logísticos e recursos na distribuição dos conteúdos, além do ganho em escala que garante maior economicidade devido à possibilidade de elevar a quantidade de acessos adquiridos e ao número de instituições.

Jaqueline Rodrigues de Jesus
Bibliotecária CRB-1/3353

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. v. 1. Brasília, DF: Capes, 2010. ISBN 978-85-88468-15-3. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/livros-pnpg-volume-i-mont-pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 286, de 28 de dezembro de 2018**. Aprova a deliberação do Grupo de Trabalho para priorização de manutenção, aquisição ou assinatura de periódicos eletrônicos, no âmbito do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP), com base nos critérios de qualidade. Brasília: Capes, 2018. Disponível em: <https://sso.capes.gov.br/sso/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.436, de 9 de agosto de 2022**. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14436.htm. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14535.htm. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019**. Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13971.htm. Acesso em: 03 jun. 2022.

BROWN, Patrick et al. **Bethesda Statement on Open Access Publishing**. 2003. Disponível em: <https://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm>. Acesso em: 03 jun. 2022.

BUDAPEST open access initiative. **Prologue: The Budapest Open Access Initiative after 10 years**. Hungria, 2012. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai10/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

CARVALHO, M. C. R. de. **Proposta de métricas de uso do Portal de Periódicos CAPES**: relatório final. Rede Nacional de Pesquisa. Projeto: Atualização Funcional e Tecnológica do Portal de Periódicos. Brasília: RNP, 2011.

COUNTER. **Code of Practice**. Journals and Databases, Release 5, Appendix A: glossary of Terms. 2020. Disponível em: <https://www.projectcounter.org/appendix-glossary-terms/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

COSTA, Teresa. A b-on e a preservação digital de periódicos eletrônicos: o projeto Portico. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 12, 2015. Universidade de Évora, 2015. **Actas...** Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/1373>. Acesso em: 03 jun. 2022.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. 451 p. ISBN 978-85-85637-35-4. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 03 jun. 2022.

GARCIA, Mônica; SILVA, Cícera Henrique da; GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. Bibliotecas acadêmicas e o desafio da gestão de acervos de periódicos eletrônicos: o caso da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 46, p. 109-120, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/3971/3703>. Acesso em: 03 jun. 2022.

GRISSOM, Andrew R.; KNOWLTON, Steven A.; SCOTT, Rachel Elizabeth. Perpetual access information in serials holdings records. **Library Resources & Technical Services**. Association for Library Collections & Technical Services. v. 61 n. 1. 2017. Disponível em: <https://journals.ala.org/index.php/lrts/article/view/6217/8086>. Acesso em: 03 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT. **Discussão**: preservação digital. Brasília: IBICT, 2015. Disponível em: http://wiki.ibict.br/index.php/Preserva%C3%A7%C3%A3o_Digital. Acesso em: 03 jun. 2022.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS - IFLA. **Questões chave para o desenvolvimento de coleções de recursos eletrônicos**: um guia para bibliotecas. Holanda: IFLA, 2012. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/acquisition-collection-development/publications/electronic-resource-guide-pt.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022.

MAX PLANCK DIGITAL LIBRARY. **Open Access 2020**. 2019. Disponível em: <https://oa2020.org/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

MAX-PLANCK-GESELLSCHAFT. **Berlin declaration on open access to knowledge in the Sciences and Humanities**. Alemanha: Max-Planck-Gesellschaft, 2019. Disponível em: <https://openaccess.mpg.de/Berlin-Declaration>. Acesso em: 03 jun. 2022.

PROJECT MUSE. **About Muse.** 2023a. Disponível em: <http://about.muse.jhu.edu/about/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

PROJECT MUSE. **Journal collections.** 2023b. Disponível em: <https://about.muse.jhu.edu/librarians/journal-collections/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

PROJECT MUSE. **Publishers.** 2023c. Disponível em: <https://about.muse.jhu.edu/about/publishers/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PROJECT MUSE. **Journal Collections Agreement.** 2023d. Disponível em: <https://about.muse.jhu.edu/publishers/journal-collections-agreement/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

PROJECT MUSE. **Frequently Asked Questions.** 2023e. Disponível em: <https://about.muse.jhu.edu/resources/faq/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

PROJECT MUSE. **Open Access On MUSE.** 2023f. Disponível em: <https://about.muse.jhu.edu/muse/open-access-overview/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Seleção de materiais de informação:** princípios e técnicas. 3 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

[1] **KBART** (*Knowledge Bases and Related Tools*) é uma prática de recomendação da organização americana NISO (National Information Standards Organization). *KBART* indica boas práticas para a comunicação de listas de recursos eletrônicos a partir da especificação de formatos, mecanismos de entrega, e campos de descrição, tanto para monografias quanto publicações periódicas.

[2] **COUNTER** (*Counting Online Usage of Networked Electronic Resources*) – padrão internacional para gravação e emissão de relatórios de estatísticas de uso de periódicos, livros, obras de referência e base de dados eletrônicas de forma consistente, credível e compatível, desenvolvido especificamente para este tipo de recurso.

[3] **SUSHI** (*Standardized Usage Statistics Harvesting Initiative*) – protocolo padrão que define uma solicitação automatizada e o modelo de resposta para coleta de dados de uso dos recursos eletrônicos, utilizando uma estrutura de serviços da Web. O SUSHI coleta os dados estatísticos e o COUNTER formata dentro das métricas utilizadas (ver também COUNTER)

[4] <https://www.jisc-collections.ac.uk/KnowledgeBasePlus/Related-Services-and-Projects/jisc-co-design-programme/Post-cancellation-access-co-design-project/>

[5] Para mais informações sobre Acesso Perpétuo ou PCA, verificar a seção 4.4.

[6] No Brasil, o Projeto SciELO, em conformidade com o debate internacional e visando maximizar o acesso e reutilização dos resultados de pesquisas, alterou a licença padrão adotada até 2014 (CC-BY-NC) e passou a empregar, gradualmente, o tipo de licença mais aberta do *Creative Commons* (CC-BY), a qual se tornou o padrão de indexação para todas as coleções da Rede SciELO desde 2016.

[7] Em 2012, a Declaração de Budapeste completou dez anos e publicou novo documento. Nesta edição, foram reafirmadas as estratégias da via verde e da via dourada, apresentando também novas recomendações para os próximos dez anos referentes à implementação de políticas de acesso aberto pelas instituições produtoras e financiadoras de conhecimento científico, à modelos de negócio sustentáveis, à coordenação das iniciativas, à promoção de infraestruturas e ao licenciamento do conteúdo em acesso aberto (recomendando o emprego da licença CC BY). *In: Ten years on from the Budapest Open Access Initiative: setting the default to open" (BUDAPEST..., 2012).*



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Rodrigues de Jesus, Colaborador(a)**, em 08/05/2023, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 54, inciso II, da Portaria nº 06/2021 da Capes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1961471** e o código CRC **3745F402**.

Referência: Processo nº 23038.000203/2023-79

SEI nº 1961471